

# EM DEFESA DA EFETIVAÇÃO PLENA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA REALIDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Alexandra de Alvim Pinto<sup>†</sup>

Mariana de Alvim Pinto<sup>‡</sup>

Sumário: A afetação dos direitos fundamentais praticada pelos sujeitos sociais, nos poderes de estado, mediante os interesses de classe e/ou a formação política dos mesmos. Uma breve introdução: capitalismo x socialismo. A fragilidade conceitual da economia política liberal diante da verdade do materialismo histórico - processualmente dialético e contextualmente multifacetado.



“Política de Austeridade” efetivada hoje na Europa é a mesma política que foi aplicada no Brasil, nos anos 1990, apresentando, porém, outra terminologia: “Reforma Política e Econômica”. Importante para a compreensão da história recente é questionar o porquê da diferença dos termos se ambas encerram um mesmo conceito: a instituição política do projeto

---

<sup>†</sup> Bacharelado/1998 e Licenciatura Plena/2000 em História pela Universidade Federal de Uberlândia MG; Professora Concursada e Efetiva de História – Ensino Fundamental - da Prefeitura Municipal de Uberlândia – desde 2003

<sup>‡</sup> Licenciatura Plena em Educação Artística: Habilitação em Artes Cênicas/1998 pela Universidade Federal de Uberlândia MG. Bacharel em Direito/2005 pelo Instituto de Ensino Superior COC - Ribeirão Preto SP. Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Direito Empresarial/2007 pelo Instituto de Ensino Superior COC - Ribeirão Preto SP. Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas (DF)//Turma 2011/2012 pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

econômico liberal burguês (donos dos meios de produção) que, de modo contextual, se constitui como neoliberalismo.

O projeto liberal burguês, consolidado com as revoluções - burguesa e industrial - nos séculos XVIII e XIX, se impôs enquanto poder hegemônico, defendendo, como fundamento conceitual: a propriedade privada, o “livre” mercado (de “natureza autorreguladora”), a não intervenção do Estado na economia, a positividade do trabalho, as liberdades de contrato, de associação, de expressão e de escolha dos governantes - como direitos inalienáveis dos “indivíduos” ou “cidadãos” e fontes de riqueza da “nação”.

No entanto, em fins do século XIX, novas tecnologias entraram no cenário produtivo (petróleo, aço, motor à combustão, energia elétrica) e com elas as indústrias ampliaram sua capacidade de produção, estendendo seus domínios sobre regiões fornecedoras de matérias primas e mão de obra barata. Esse processo foi chamado de capitalismo monopolista porque as grandes indústrias passaram a “engolir” as pequenas, controlando maiores “fatias” do mercado mundial, tornando-se, pois, imperialistas. A burguesia dos países industrializados colonizaram vastas regiões na África, na Ásia e na América Latina, expropriando milhões de seres humanos através de justificativas preconceituosas: o etnocentrismo racista, o nacionalismo xenófobo e o “darwinismo social”. A política imperialista do capital monopolista foi a principal causa das duas grandes guerras mundiais que, juntas, mataram cerca de 70 milhões de trabalhadores enquanto os grandes empresários avaliavam os lucros. Assim, a lógica liberal da “livre concorrência” ou do “livre mercado” se impôs como uma farsa diante da ganância e desigual acumulação financeira perpetrada pelas grandes corporações (multinacionais/trustes/cartéis/holdings) do capitalismo mundial. Além disso, até a primeira metade do século XX, somente os homens da classe burguesa podiam votar e se candidatar aos cargos representativos de governo, isto é, sendo o

voto censitário, as liberdades de expressão, de associação e de escolha eram permitidas e exercidas apenas pelos homens, brancos e proprietários. A grande maioria da população, ou seja, a classe trabalhadora ficou excluída das Liberdades Fundamentais, uma vez que a Constituição era redigida, com hábil manipulação textual, pela burguesia segundo seus interesses de classe. Assim, o conceito de “democracia representativa” constituiu-se como uma farsa mediante a lógica e o poder definidos pelo Estado liberal burguês. Curiosamente, a luta dos trabalhadores pelo sufrágio universal (inicialmente, somente masculino) se efetivou, na maioria dos Estados liberais, quando surgiram os meios de comunicação de massa que, controlados pelos donos dos meios de produção, serviram para manipular a opinião pública nos pleitos eleitorais, possibilitando à burguesia continuar ocupando o poder de Estado.

Dessa forma constatamos que, até o início do século XX, praticamente inexistiam leis trabalhistas ou políticas sociais que protegessem a classe trabalhadora da opressão e expropriação capitalista, ou ainda, que lhes garantissem mínima qualidade de vida. A diferença entre a política liberal burguesa do passado e a do presente consiste no fato de que, antes, o objetivo era impedir a existência daquilo que, hoje, pretende-se anular: as conquistas dos trabalhadores. A política liberal (ou neoliberal) consiste, assim: 1) na desregulamentação das leis trabalhistas, visando dar maior margem de lucratividade ao capital; 2) na retirada do Estado de áreas sociais estratégicas por via das privatizações, cuja lógica de mercado expropria o trabalhador da riqueza socialmente produzida, aumenta o desemprego, ao passo que, “por tempo limitado” ou “cíclico”, possibilita o aumento da acumulação de capital pelos monopólios corporativos da indústria e do sistema financeiro; e 3) na ofensiva aos multifacetados movimentos e manifestações da classe trabalhadora, seja pela manipulação, cooptação ou repressão, com o objetivo de minar a resistência dos trabalhadores à aplicação das medi-

das anteriores.

No caso do Brasil, o termo “reforma” encontra explicação no contexto político pelo qual passava o país naquele momento: o processo de “abertura política” ou “democratização” das instituições governamentais, após duas décadas e meia em poder do regime militar ditatorial, o qual representava os interesses da oligarquia e burguesia nacional, subservientes à farsa liberal capitalista imperialista (1964–1988). A política econômica neoliberal burguesa, difundida como “reformadora”, se fazia passar (para afirmação e respaldo social) como ação “natural”, “inerente” ao processo de “redemocratização”, imputando-lhe um valor de ruptura - em relação ao contexto ditatorial - de positividade que, em verdade, não tinha.

A “abertura política” no Brasil resultou da correlação de forças entre capital e trabalho, cujo enfrentamento apresentou duas frentes de ação. Por um lado, decorreu das múltiplas mobilizações sociais – greves, passeatas, reuniões, ocupação de terra, eventos culturais, comícios - de operários, educadores, estudantes, pequenos agricultores, camponeses sem terra, artistas, profissionais liberais, funcionários públicos, ativistas dos movimentos ecológico, indígena, das mulheres, dos negros, etc., culminando na criação do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980, na criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, no movimento das “Diretas Já!” em 1983-1984, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1985-1986 e na Constituição de 1988. Por outro, as forças do capital, no controle dos meios de comunicação, promoveram a construção de um imaginário político social levado a reproduzir um discurso de desqualificação do funcionalismo público (“marajás”, “fantasmas”, “apadrinhados”, “corruptos”) e de desmoralização das instituições públicas, como educação, saúde e indústrias de base (“cabides de emprego”, “ineficientes”, “onerosas”), ao passo que “poupava”, habilmente, os poderes executivo, legislativo e judiciário na condução desse projeto, preparando, as-

sim, “o terreno” para aplicação da política neoliberal: privatização do patrimônio público e desregulamentação das leis trabalhistas.

Entretanto, o projeto neoliberal não fez uso apenas de manobras políticas (legalistas e propagandistas) para fins de dominação, fez uso, também, do tempo cronológico como forma de expropriação econômica. Não somente o tempo fracionado, de curto prazo, acelerado, para extração de mais valia na produção de mercadorias. Mas o tempo cronológico de longo prazo, gradual, para tornar-se “imperceptível” na metodologia de dominação. Exemplificando: até o regime militar, não havia critérios transparentes e democráticos que definissem o acesso ou vínculo trabalhista nas Universidades Federais. Em algumas, o ingresso de servidores era definido pelo Reitor e uma comissão nomeada pelo mesmo. Por sua vez, o Reitor era indicado/nomeado pelo Presidente da Nação – General das Forças Armadas. Após as mobilizações sociais em fins de 1970 e nos anos 1980, os trabalhadores conseguiram consolidar, na Constituição de 1988 e pela primeira vez na legislação brasileira, a regulamentação dos critérios de ingresso e progressão (Plano de Carreira) dos funcionários das Instituições Federais de Ensino (IFES), quais sejam: concurso público para ingresso com estabilidade e progressão salarial com isonomia por tempo de serviço e titulação. Porém, à medida que se efetivavam tais conquistas, o poder de compra dos trabalhadores da educação foi sendo reduzido gradualmente ao longo de 20 anos, inviabilizando, na realidade temporal, a aplicação da legislação vigente. Em outras palavras, nos anos 1990, o Plano de Carreira consolidado em Lei, sofreu um processo de “desregulamentação” que não se processou pela modificação da legislação vigente. Como forma de ocultar sua política autoritária e inconstitucional, o Estado liberal burguês foi reduzindo o poder de compra dos servidores das instituições federais de ensino, gradualmente (para não criar alaridos), desde o início da década de

1980! Durante o processo de “abertura política”, as elites econômicas já projetavam estratégia para “minar” aquilo que, de fato, se colocava como ruptura: a democratização das instituições públicas e a constitucionalidade das reivindicações trabalhistas. Tal estratégia foi levada adiante pelos governos democraticamente eleitos entre os anos 1989 e 2002.

A reforma universitária do governo federal (melhor dizer, do Estado liberal burguês), nos anos 1990, e seu conceito de autonomia (palavra de ordem criada pelos trabalhadores, mas apropriada pelo governo para manipulação de seu significado) era fazer com que as instituições federais buscassem “recursos próprios” para manutenção de suas atividades acadêmicas, ou seja, recorressem à iniciativa privada para financiamento do ensino e da pesquisa. Entretanto, nesta lógica da economia de mercado, a educação se tornaria “refém” dos interesses do capital, acarretando, ao contrário, o fim da autonomia e da crítica nos trabalhos acadêmicos, principalmente das ciências humanas. Para os que defendiam uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, o conceito de autonomia era compreendido de outra forma: repasse de verbas públicas para a educação pública e possibilidade de escolha, pela comunidade escolar, dos cargos administrativos da instituição - autonomia na gestão e não na manutenção, pois que esta já é mantida pela sociedade através do pagamento de impostos. Enquanto princípio fundamental para a universalidade da cidadania, educação e saúde requerem, sem dúvida, os maiores investimentos públicos, custeados pela sociedade. Sendo caro quando a conta é paga por todos, imaginem se o objetivo for o lucro: fica muito mais caro! Sendo, também, questionável a qualidade dos serviços prestados, uma vez que o critério definidor da ação não é o direito à qualidade de vida humana em sociedade, mas sim o lucro – numa lógica de mercado capitalista, cuja economia é definida pela competitividade imperialista e pelo capital financeiro especulativo. Trata-se, portanto, das prioridades na exe-

cução do dinheiro público!

Limitando a abertura de concursos públicos para ingresso efetivo de docentes nas Universidades Federais (somente “concurso” para contrato de trabalho com tempo determinado de dois anos, não podendo, ao término, pleitear outro contrato por, também, dois anos); diminuindo o repasse de verbas para as instituições públicas (ao mesmo tempo em que financiava as instituições privadas com juros zero, as quais, além de acumularem recursos mediante cobrança de anuidades escolares, eram também isentas do pagamento de impostos por serem consideradas, segundo legislação vigente, “Entidades Filantrópicas”!); dissociando a titulação do magistério (ao definir o não vínculo trabalhista como critério para acesso à “bolsa” de pesquisa); desregulamentando leis trabalhistas relativas à seguridade social; promovendo política de “demissão voluntária” e, finalmente, reduzindo o salário dos trabalhadores da educação - o governo federal inviabilizou a expansão do ensino público de 3º grau no país, ao passo que, seguindo a linha do “disfarce” como estratégia de dominação “com respaldo social”, ampliou o acesso (físico, nº de matrículas) ao ensino fundamental, municipalizando sua gestão, (cabendo aos governos estaduais o ensino médio e ao governo federal o ensino de 3º grau) ao custo, porém, da precarização do trabalho e da qualidade de vida do educador.

Não por acaso, o candidato do governo federal (PSDB) à Presidência da República em 2002 foi o Ministro da Educação Paulo Renato, perdendo o pleito eleitoral para o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. A política neoliberal não conseguia mais sustentar a farsa inerente ao seu projeto econômico: muita propaganda e pouca realidade. O texto dissociou-se “em demasia” de seu contexto, ou seja, o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. O Brasil chegou ao final do século XX como sendo o país de maior concentração de riqueza do mundo! A “Reforma” servia, portanto, como mecanismo conceitual de domina-

ção para fins de acumulação burguesa, à medida que dissociava ensino e pesquisa, teoria e prática, conteúdo e realidade, pensamento e ação, saber e fazer, texto e contexto, tempo e poder, circunscritos ao processo das ações de resistência e/ou construção dos conceitos na luta de classes. A metodologia para expropriação da riqueza socialmente produzida revelou-se na apropriação e/ou manipulação das palavras de ordem e das conquistas de classe, bem como, na ocultação da memória e da luta dos trabalhadores como sujeitos da história.

Eis porque o fim do regime ditatorial no Brasil deve ser visto como resultado dos movimentos de resistência da classe trabalhadora frente ao processo de opressão, alienação e exclusão gerado pela acumulação capitalista, por mais que esse processo tenha sofrido ingerências e manipulações orquestradas pelas elites econômicas, em posse do poder estatal, antes e após o período de “transição” ou “abertura” do regime político (1979/Lei da Anistia e 1989/Eleições Presidenciais pelo voto direto, secreto e universal aos maiores de 16 anos de idade). Eis porque, também, os governos democraticamente eleitos entre os anos 1989 e 2002 (a partir de 2003, falaremos adiante) devem ser vistos enquanto agentes subservientes do capital imperialista para continuidade da acumulação burguesa, a qual fez/faz uso dos meios de produção/comunicação e do poder de Estado para, somente assim, conseguir efetivar seus mecanismos de dominação frente ao processo inovador de construção – historicamente dialético e contextualmente multifacetado – dos conceitos e das dinâmicas de ruptura política e econômica efetivada pela classe trabalhadora frente à expropriação e opressão capitalista.

No caso das nações europeias, o termo “austeridade” encerra dupla significação em estreita relação. Num primeiro momento, o Estado liberal burguês procura justificar a “crise” como resultado de um “déficit público” gerado nos últimos 20-30 anos, pelo acesso da classe trabalhadora ao mercado de con-



sumo possível, no entanto, naquele momento, em função das políticas de seguridade social do Estado (o mercado de trabalho dava sinais de alerta, em função da automação tecnológica e do deslocamento da produção industrial para nações subdesenvolvidas, onde a extração de mais-valia se efetuava em proporções gigantescas). Para resolver o problema do “déficit”, o Estado, antes “provedor” dos interesses “sociais”, assume mudança de conduta: ser “austero”, “rigoroso” para conter os “excessos” e “reorganizar” as contas. Afinal, a crise se instalou porque o Estado “desviou-se” dos princípios liberais ao promover “intervenções” para a classe trabalhadora, cabendo à mesma pagar a conta gerada pelos “erros de conduta” em “seu benefício”.

Este raciocínio linear evidencia dois problemas: A) a burguesia oculta o fato de, ocupando o poder de Estado, ser responsável pela verdadeira causa da crise e, de modo paradoxal, reafirma serem os princípios liberais o fio condutor da história “rumo ao progresso”. Negando haver contradições em seu projeto político, infere ao conceito um “ar de pureza”, “de inevitabilidade” que, em verdade, é monopolista e onipotente ao ocultar da história a verdade de suas memórias, recusando-se, por exemplo, a aprender com os erros do passado - Crise de 1929; B) expõe a armadilha na qual parcela considerável da classe trabalhadora se deixou envolver ao ser “seduzida” e/ou “cooptada” pelo mercado de consumo: perdeu a “consciência de classe” de duas maneiras, quais sejam: 1- negligenciou o fato de terem sido as conquistas trabalhistas, pela luta das gerações anteriores, que lhes garantiram o acesso ao mercado de consumo e à qualidade de vida que ora desfrutavam, ao contrário do que afirma o Estado liberal burguês, ideologicamente se colocando como “provedor” desse processo; 2- não percebeu que sua qualidade de vida era também resultante da opressão e expropriação dos trabalhadores de outras nações do mundo, por longo tempo exploradas - como colônias na expansão marítima dos séculos XV ao XVIII (acumulação primitiva de capital) e

como neocolônias na expansão industrial dos séculos XIX e XX (imperialismo) - alienando-se, portanto, do processo histórico e global da acumulação capitalista e da luta de classes: vale lembrar, “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! (Karl Marx). Por isso os Estados europeus conseguiram manter “reservas” previdenciárias, ocultando a acumulação capitalista neoliberal pela expropriação de classe, mesmo quando transcorrido trinta anos da mudança de rumo do projeto político burguês: do “*WelfareState*” (Estado do bem estar social) para o neoliberalismo (Estado Mínimo).

Assim, a burguesia europeia impede evidenciar o fato de haver estreita relação, mundial e histórica, entre os processos de acumulação e de expropriação da riqueza socialmente produzida. A sustentação da política neoliberal na Europa, por quase três décadas, somente foi possível mediante a exploração da classe trabalhadora nos países “emergentes”. A própria criação desse conceito se dá, estrategicamente, no momento de aplicação da política neoliberal nos países subdesenvolvidos procurando camuflar as reais consequências dessas medidas, isto é, longe de promover o crescimento econômico dos “subdesenvolvidos”, ocasionou, mais uma vez, a expropriação de suas riquezas.

No Brasil, os trabalhadores do funcionalismo público que sofreram maior expropriação foram os da educação (nos três graus de ensino) e os bancários. As medidas adotadas nas relações de trabalho de ambas as categorias, nos permite compreender os “dois lados da mesma moeda”, isto é, os dois métodos da política neoliberal para privatização do patrimônio público brasileiro e, conseqüentemente, para expropriação de nossas riquezas pelo capital financeiro internacional: ora pela venda em leilão (quando se tratava de empresas ou instituições estatais lucrativas), ora pelo “sucateamento” ou precarização de seu funcionamento (quando se tratava do repasse de recursos públicos para o social, como educação e saúde).

Para privatização dos Bancos públicos estaduais (como o BEMGE/MG, o BANESPA/SP, entre outros) os governos estaduais, em conformidade com a política federal, declararam “falência” dos mesmos, para assim serem apropriados (mediante venda em leilão) pelos Bancos privados, concomitantemente ao processo acelerado de aquisição das tecnologias de autoatendimento e efetivação da política de “demissão voluntária”, induzindo o trabalhador a abrir mão da estabilidade no emprego mediante compensação financeira. A questão prioritária enfrentada pelos bancários diante da “reforma”, consistia na redução do efetivo de trabalhadores da categoria (trabalho excedente) e na desregulamentação “imperativa” da legislação trabalhista ou de seu regime de trabalho. Em outras palavras, a política neoliberal foi imposta aos bancários abruptamente, cuja rápida efetivação revelou-se no fechamento das instituições bancárias e na fragilidade de resistência da categoria: com trajetória grevista limitada à questão salarial (obtendo resultados positivos em curto intervalo de tempo - paralisação de setor financeiro numa economia capitalista) acomodou e alienou os trabalhadores, frente à compreensão da maneira pela qual se processava a expropriação de classe naquele momento.

Quanto à educação (e como já relatado anteriormente) a política de privatização efetuou-se pela precarização das condições de trabalho e salário dos servidores públicos, de maneira lenta e gradual sem, no entanto, resultar em desfecho conclusivo (mérito aos movimentos de resistência e à conquista do poder de Estado pela classe trabalhadora a partir de 2003). Para dimensionar o tamanho da expropriação de classe na educação, temos de evidenciar análise numérica. Os docentes das universidades públicas (40hs/DE) em final de carreira nos anos 1990 recebiam salário equivalente ao início da carreira nos anos 1970: em torno de R\$5000,00. (PINTO, Alexandra de Alvim; 1998). Como parâmetro de comparação, a carreira da magistratura, a qual se aproximava dos vencimentos salariais da docên-

cia nos anos 1970, efetivou-se em valores de R\$25000,00/R\$30.000,00 no final dos anos 1990, ou seja, um Juiz de Direito passou a receber, em fim de carreira, salário cinco/seis vezes maior do que recebia no início da carreira, ao passo que os docentes tiveram sua carreira anulada, a princípio, não por “desregulamentação da Lei”, mas pela prática inconstitucional do Estado neoliberal quanto à reposição das perdas salariais diante da inflação real, ao longo de vinte anos.

Como nunca houve isonomia salarial entre a docência dos três graus de ensino (quanto menor a idade escolar do aluno, menor o salário docente, mesmo que este possua graduação plena e titulação?), a expropriação dos professores do ensino fundamental e médio, pela mesma política neoliberal, ocorreu, porém, em proporções ainda piores. Para avaliar o poder de compra do salário desses docentes entre os anos 1985 e 2002, utilizamos como parâmetro analítico o comprometimento do salário mínimo com a compra da cesta básica: em 1985 era de (74,38%); em 1988 (71,34%); em 2001 (73,51%) e em 2002 (70,53%), havendo variações para mais e para menos ao longo do período (DIEESE, Site; Nota a Imprensa, São Paulo, 11/01/2011). Observamos que o poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica apresentou pequena variação percentual: entre 70% e 75% do seu valor total. Portanto, considerando o valor nominal do salário mínimo de 2002, de R\$200,00 reais, podemos afirmar que os professores do ensino fundamental e médio de Minas Gerais, em início de carreira nos anos 1980, recebiam mais que o dobro (08-10 salários: R\$2000,00) do que passaram a receber no final da carreira em 2002 (02-04 salários: R\$800,00)! Uma desvalorização salarial de mais de 100%(cem por cento)!

Considerando que uma parcela diminuta (20% ou 30%) dos trabalhadores da educação sempre tomara a frente dos movimentos grevistas; mesmo diante de tamanha expropriação salarial e precarização das condições de trabalho; e resistindo

ao desgaste de prolongadas greves (três meses ou mais); tal fração de classe apresentou a melhor resistência frente ao projeto liberal burguês, sem precedentes na história das instituições públicas no país. Tanto por se tratar de uma parcela esclarecida da classe trabalhadora quanto ao processo político-econômico mais amplo de dominação do capital e de resistência socialista, como também pelo fato de ser uma fração de classe que, mesmo diminuta, construiu um passado de luta, cuja idoneidade de conduta política-profissional lhe garantiu certa autoridade e legitimidade difícil de ser anulada pelo poder oligárquico e burguês no Brasil. Embora a história seja feita de versões, a verdade existe e o novo sempre vem!

Assim, na última década (2002/03-2013/14, pela primeira vez na história do Brasil) a classe trabalhadora foi eleita, por três mandatos consecutivos, para assumir o poder de Estado e iniciou um processo de união entre as nações com histórico de exploração colonial e/ou luta socialista - como os BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; bem como demarcou política de ruptura processual e gradual com o projeto liberal burguês. Questionando o protecionismo agrícola dos países industrializados, propondo novas parcerias comerciais, valorizando os próprios recursos naturais, defendendo a soberania das nações e firmando acordos internacionais de proteção aos Direitos Humanos - na política externa; reduzindo taxas de juros, reorganizando políticas sociais de inclusão, abrindo concursos públicos, ampliando instituições de ensino e o acesso à educação pública, pagando dívidas trabalhistas (precatórios), a dívida externa e indenizando as vítimas do regime político militar/ditatorial, investindo em infraestrutura, promovendo incentivos fiscais, aumentando o poder de compra do salário mínimo, melhorando acesso aos recursos da previdência, financiando projetos para geração de emprego (moradia), em fim, estimulando produção, distribuição e consumo - na política interna; os países (agora de fato) emergentes deram “o grito dos

excluídos”, freando, assim, um longo processo de subalternidade e exploração capitalista-imperialista. Simultaneamente, quando o desenvolvimento dos meios de produção alcançou limite tal que não permitiu mais “esconder” as contradições inerentes ao sistema capitalista, ou seja, acelerado desenvolvimento tecnológico e consequente automação da produção, gerando aumento do trabalho excedente (desemprego), resultando em crise de superprodução - seus efeitos se fizeram sentir nas nações industrializadas do globo. Karl Marx tinha razão: utilizando a máquina para fins de acumulação pela expropriação do trabalhador (mais-valia), a burguesia - dona dos meios de produção - engendra as condições de sua própria destruição.

Dessa forma, devemos estar alerta às análises fundamentadas no "purismo" do conceito, as quais ocultam as contradições inerentes ao processo histórico em transformação, bem como a compreensão do mesmo. Embora as práticas de resistência da classe trabalhadora frente à expropriação capitalista possam ter apresentado equívocos de interpretação da obra de Marx, assim como esta é também passível de crítica, não podemos inferir mesma significação entre o conceito socialista (ainda em construção) e o conceito liberal burguês (hegemônico), quanto ao "purismo" de suas análises. Isso porque corremos o risco, de modo avesso, ocultarmos a diferença de seus propósitos, suas contradições e limitações dentro de contextos históricos específicos.

A Economia Política Inglesa já afirmava, em sua origem, que o capitalismo industrial conduziria a sociedade rumo ao "progresso", de modo linear e inevitável, tendo em vista a ampliação dos recursos produtivos possibilitados pela máquina, mesmo que isso levasse algum tempo. Ao proporem a não intervenção do Estado na economia, a liberdade de contrato e o livre comércio na economia de mercado, regulado “naturalmente” pela “lei” da oferta e da procura, os liberais burgueses tinham um objetivo certo: dismantlar o poder absolutista e

seu monopólio mercantilista que outrora lhes possibilitara acumular riquezas através da exploração colonial escravocrata e da divisão do trabalho nas manufaturas.

Uma ruptura parcial de poder se impôs quando a máquina a vapor foi introduzida nas manufaturas: maior produção em menos tempo. O desenvolvimento dos meios de produção definiu novo ritmo à consolidação do modo de produção industrial que, a partir de então, se constituiria como sistema hegemônico: para comercializar as mercadorias em larga escala era necessário por fim ao monopólio absolutista sobre a economia. O mercantilismo tornou-se, assim, um entrave para a continuidade da acumulação capitalista. Para tomar o poder de Estado e ditar as regras, a burguesia teve que se apresentar como projeto inovador, colocando-se em contraponto àquele que, não obstante, fora conceituado como "Antigo Regime". O discurso deveria ser novo (liberdade e igualdade perante a Lei!), mas a prática da acumulação capitalista continuaria em ritmo acelerado.

Como forma de sustentar a farsa inerente ao projeto liberal - o qual excluía a classe trabalhadora do acesso à riqueza, às liberdades e direitos constitucionais - a burguesia se apropriou do Estado, concebendo-o, ideologicamente, como um lugar separado. O Estado deveria ser "ocupado" pelos "cidadãos", cujo conceito fora reduzido ou restrito, por hábil manipulação textual, aos homens "capacitados", "provedores da própria vida e da família", ou seja, o homem, branco e proprietário. Inicialmente, afirmava-se o princípio constitucional inovador (supostamente universal ou do interesse da "nação") para, na sequência, inferir adendos limitadores ao próprio princípio legal - segundo alegação de estarem os indivíduos em "estágios diferentes" frente ao processo de "evolução na história". Não podendo inferir diferença de "natureza humana", sob o risco de apresentar semelhança conceitual com o poder absolutista, a burguesia infere à história a condição de "natureza evolutiva"

(linear e positivista: “ordem e progresso”) para justificar a hierarquia de poder e a desigualdade de classe entre os seres humanos. Dessa forma, o Estado poderia ser projetado como lugar de poder separado da sociedade, como “célula neutra”, fazendo parecer que a “Lei”, sob a qual todos estão “igualmente” submetidos, resulta de uma “natureza histórica evolutiva”, conduzindo a “todos” ou a “nação” rumo ao “progresso inevitável”. A burguesia procura, assim, ocultar a concepção do Estado liberal como lugar de poder que, simultaneamente, resulta e é gestor do processo de dominação de classe. O Estado não é algo que se encontra acima ou separado da sociedade, mas sim, um lugar cujo poder é uma representação de classe.

De modo dialético, a outra “face” dessa ruptura fora conquistada e instituída como verdade universalmente aceita e não haveria mais volta: pela primeira vez na história, o poder político não seria mais hereditário, oriundo de uma “natureza divina”. O trabalhador não poderia mais ser concebido, juridicamente, como escravo, servo ou súdito de um “senhor naturalmente superior”. O Estado, como lugar de poder, passa a ser concebido como uma escolha pública, como uma representação política (de classe no sistema capitalista), pleiteada pelo voto em processo de livre associação e manifestação de ideias, cujo projeto político deve administrar o dinheiro dos impostos em benefício da qualidade de vida em sociedade. A extensão dessa conquista encontra-se ainda em construção.

O parcial deslocamento do poder - de pessoal, absolutista - para, aparentemente, impessoal e neutro - fez incorrer em erro grande parte dos movimentos socialistas, os quais também conceberam o Estado em separado - não como lugar de poder para projetar políticas de acumulação capitalista e negar tal fato - mas como lugar central e exclusivo do processo revolucionário: controlar os meios de produção para promover a distribuição da riqueza socialmente produzida. A tomada do poder de Estado enquanto meio estratégico de acabar com a propriedade



privada dos meios de produção, projetou uma concepção equivocada de revolução, segundo a qual a classe trabalhadora deveria ser guiada ou conduzida pelo poder central na construção da sociedade socialista. Desde as revoluções burguesas do século XVIII até meados do século XX, a “questão de ordem” dos socialistas era encontrar uma forma de acabar com a farsa liberal burguesa, segundo a qual, utilizava o poder de Estado para ocultar a correlação existente entre acumulação de capital e expropriação trabalhista. O poder de Estado tornou-se, assim, o foco da luta de classes.

As três concepções de Estado, sem desconsiderar as diferenças de seus propósitos e ideais, se projetaram como poder separado da sociedade. Fosse como “natureza divina”, sendo como “natureza neutra ou evolutiva”, seja como “natureza revolucionária”, repetiu-se fato comum: o autoritarismo político e a negação dos trabalhadores como sujeitos da história. Organizar a classe trabalhadora no processo da luta de classes é muito diferente da intenção de querer guiá-la ou conduzi-la: a primeira estratégia requer autonomia, formação política ou consciência de classe, caracterizando-se como processo construído “de baixo para cima”; enquanto a segunda efetua movimento contrário, “de cima para baixo”, pressupondo ser o trabalhador “incapaz” de tomar decisões, confundindo “luta de classe” com “massa de manobra”.

Colocando novas questões aos problemas já dados e procurando aprender com os erros do passado, os movimentos sociais de cunho socialista dos anos 1960-70, apresentaram novos conceitos, métodos e lugares de resistência, diversos do poder “central” de Estado (mas não fora dele) que, de fato, colocaram em “xeque” os alicerces do capitalismo e sua ideologia liberal burguesa. Problematizando as diferenças (de gênero/sexualidade, etnia/raça, credo, geração, formação, identidade...) no interior da luta de classe de trajetória sindical/operária e político/partidária; promovendo a extensão dos conceitos

(ecologia, consumismo, vigília, disciplina, controle, violência, minoria/majoria, exclusão/inclusão, tecnologia, cultura, informação, globalização, autonomia, sustentabilidade, economia solidária...) para enfrentamento do poder hegemônico capitalista; e multiplicando os lugares públicos e privados (família, escola, hospital, presídio, meios de comunicação, tecnologias de informação, eventos culturais, corpo, linguagem...) possíveis de resistência ao capital; a classe trabalhadora aprofundou e ampliou, simultaneamente, a compreensão do conceito socialista, construindo estratégia poderosa de enfrentamento ao capital, parcialmente semelhante àquela efetuada pelos soviets na organização do processo revolucionário, mas diferente daquela efetivada por Stalin após a Revolução Bolchevique na Rússia em outubro de 1917 - sem, contudo, precisar negar seu passado, o qual encerra, na origem do processo revolucionário, uma verdade indestrutível: a legitimidade de seus propósitos na extensão da consciência de classe para distribuição da riqueza socialmente produzida.

Sem dúvida, foram os soviets, liderados por Trotsky, que tornaram possível a Revolução Russa. Divulgando o Manifesto Comunista no campo, nas fábricas, escolas, praças, bares, “de casa em casa”, organizando reuniões com liberdade de voz e voto a qualquer pessoa que quisesse comparecer e se manifestar, possibilitaram a extensão da consciência de classe necessária ao processo revolucionário. Uniram-se aos bolcheviques para garantir “paz, pão e terra” na Revolução de Outubro e enfrentaram quatro anos de “guerra civil” (1917-1921) para consolidar a revolução socialista (após três anos na I Guerra Mundial/1914-1917, e retrospectivamente, após a Guerra Russo-Japonesa/1904-1905 pela Manchúria/Ásia). Porém, após a morte de Lênin (1924), o regime totalitário de Stalin teve consequências desastrosas aos propósitos socialistas, que só podem ser explicados mediante compreensão do contexto histórico em questão, embora não haja argumento ou motivo que justifique o

regime ditatorial e violento de Stalin para com os próprios comunistas. Os acontecimentos da primeira metade do século XX revelaram, também, as contradições inerentes ao capitalismo liberal burguês e o perigo de se repetir erros do passado, quando a memória da luta de classes é ocultada da história.

Felizmente, Eric Hobsbawm em “A Era dos Extremos” torna possível lembrar: não desconsiderando o fato de possuírem objetivos político-sociais conceitualmente opostos, somente um regime totalitário para vencer outro! A crise econômica de 1929 produziu uma divisão política na Europa, sobre a qual o liberalismo não teve resposta, pois, fora a causa dela, como previra Marx em sua crítica à economia política inglesa. Trabalhadores, ativistas políticos e intelectuais denunciaram o capitalismo como responsável pela crise e pregavam a revolução socialista, a exemplo do que havia acontecido na Rússia de 1917 (único país não atingido pela crise e que crescia 10% ao ano). Setores da classe média e a grande burguesia, preocupados com a iminência de uma revolução socialista, apoiaram propostas autoritárias (fascismo) com o objetivo de defender o capitalismo – Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha, Franco na Espanha, Salazar em Portugal, a Cruz em Seta na Hungria, a Guarda de Ferro na Romênia, o Populismo de Getúlio no Brasil e de Peron na Argentina, empresários dos EUA como Henry Ford, Lordes ingleses, entre outros. A grande diferença entre a direita fascista e a não fascista era que o fascismo existia mobilizando as massas, cuja retórica convocava aqueles que se sentiam vítimas da sociedade e apelavam para uma transformação total da mesma, adaptando símbolos e nomes dos revolucionários sociais - como fizera o Partido Nacional “Socialista” de Hitler e sua bandeira “vermelha” (modificada). Embora a teoria não fosse o seu forte, o fascismo se afirmava através do militarismo, do conservadorismo machista, do nacionalismo xenófobo, do etnocentrismo racista, da concentração de riqueza e do trabalho escravo – tudo isso associado a fortes recursos tecnológi-

cos para, ideologicamente, se fazer crer como movimento respaldado em certa “racionalidade” científica evolucionista; ou seja, de socialismo, o fascismo não tinha nada. Assim, com medo de uma revolução socialista se espalhar pelo mundo após a Revolução de 1917 e diante da maior crise econômica do século XX, na década de 1930 as grandes Corporações do capitalismo não somente apoiaram as ditaduras fascistas na Europa, como também criaram um monstro – o nazismo alemão - que ressentido da derrota na I Guerra Mundial levou o mundo à II Grande Guerra em 1939. A burguesia, quando percebeu o tamanho e a dimensão do perigo que as pretensões imperialistas da Alemanha acarretavam, teve de se unir para derrotar o monstro que ela própria criara. Mas, ironicamente, quem salvou o mundo da ditadura fascista foi o exército vermelho da URSS. Ao derrotar a Alemanha, o socialismo soviético não somente salvou o mundo para seu maior rival - o capitalismo, como também lhe ensinou a fórmula (Planejamento Econômico Estatal) para superar as crises de superprodução nas décadas seguintes. Morreram, aproximadamente, cinquenta milhões de seres humanos na II Grande Guerra, dos quais, vinte milhões ou mais eram trabalhadores russos, (URSS)! Os EUA perderam quatrocentos mil soldados.

As tentativas de construção de sociedades socialistas na história mundial (Rússia, China e Cuba) apresentaram, inicialmente, semelhanças de conduta política e econômica (não desconsiderando suas diferenças contextuais de tempo, espaço, cultura e sociedade), tais como: revolução armada, planificação econômica e anulação da democracia representativa. Mesmo promovendo a distribuição da riqueza socialmente produzida, fracassaram, parcialmente, porque negaram aos trabalhadores autonomia no processo de produção, ou seja, na possibilidade de escolha e criação dos bens de consumo e a liberdade de expressão política. Em outras palavras, reproduziram conduta capitalista ao promoverem hierarquia de poder nas relações

sociais, controlando e manipulando o acesso à informação, ocultando e perseguindo os que “ousavam” estabelecer postura crítica frente ao “modus operandi” governamental. Conquistas sociais também existiram e lições importantes foram apresentadas: não há modelos definidos “à priori”, “de fora para dentro” ou “de cima para baixo” na construção da sociedade socialista. Os problemas, limites e dificuldades se apresentam no percurso dos acontecimentos, cujo enfrentamento se efetua pela ação coletiva (com autonomia) de sujeitos sociais, em movimentos múltiplos de questionamentos da realidade presente/processual, na diversidade dos espaços ou lugares de poder em sociedade.

Socializar a riqueza gerada pelos meios de produção não implica, necessariamente, na planificação estatal do processo de produção. A complexidade da sociedade contemporânea requer alternativas de estratégia, múltiplas e dinâmicas, para distribuição da riqueza socialmente produzida. Uma economia mista – de mercado/privada e de Estado/pública – deve ser apreciada em perspectiva: o Estado como poder público de representação política, em defesa dos direitos fundamentais, garantindo a qualidade de vida humana em sociedade, sendo gestor de setores estratégicos, como água, energia, minério, educação, saúde e planejamento urbano/rural/territorial/espacial; a economia de mercado de iniciativa privada atuando na criação e gestão da produção dos bens de consumo múltiplos, considerando a importância da autonomia consciente na escolha das mercadorias a serem produzidas e na distribuição da riqueza social para valorização do capital produtivo sustentável.

De qualquer forma, o acúmulo histórico gerado pela revolução soviética/bolchevique possibilitou à geração dos anos 1960-70, em várias nações do mundo, compreender a importância contextual do processo revolucionário e aprender com suas distorções, equívocos e fragilidades. Porém, tais equívoco-

cos possibilitaram, também, a instituição de estratégias para manutenção da dominação de classe: foram usados pela burguesia liberal para desqualificação do conceito socialista e repressão aos movimentos sociais dos anos 1960.

Sem alternativa imediata mais sutil capaz de oprimir os novos métodos de resistência da classe trabalhadora, os donos dos meios de produção projetaram golpes militares mundo afora, impondo regimes ditatoriais que, no entanto, foram chamados de “revolução” (para combater os comunistas: “ditadores, ateus e terroristas que comiam criancinhas”) como forma de ocultar seus verdadeiros propósitos: a manutenção dos privilégios de classe e a continuidade da acumulação capitalista. Para justificar a anulação dos princípios de liberdade e democracia, a burguesia se apropriou do passado de luta da classe trabalhadora, manipulando convenientemente suas falhas e contradições, para impedir que os novos movimentos de resistência se firmassem socialmente e fossem reconhecidos pelas qualidades de sua diferença. Somente após instauração dos regimes ditatoriais e através destes, o capitalismo atualizou seus métodos de dominação, transformando em mercadoria grande parte daquilo que insurgiu como crítica ao poder liberal burguês e sua acumulação capitalista: o movimento hippie foi apropriado pela indústria têxtil (moda); o rock in rol pela indústria do entretenimento; o movimento ecológico pela indústria farmacêutica (cosméticos); e os movimentos contra o machismo e o racismo por todas as indústrias citadas anteriormente.

Dependendo do contexto político, do lugar do poder e da conveniência dos interesses econômicos da burguesia, os conceitos de liberdade e democracia assumem significados díspares e contraditórios, com o objetivo de confundir e impedir a compreensão do processo histórico. Invertendo o papel dos personagens políticos e modificando o significado original dos conceitos, a burguesia encerra, também, uma verdade indestrutível: não tem legitimidade de propósitos - promove alienação e

violência para continuidade da acumulação capitalista e manutenção da dominação de classe.

Para a burguesia não é conveniente creditar aquilo que Karl Marx entendia ser princípio vital à existência humana: a vida somente é possível em sociedade. Quanto maior a divisão social do trabalho, maior a complexidade das relações humanas em sociedade. Em outras palavras, o socialismo/comunismo, como sistema produtivo, está fundamentado conceitualmente na compreensão de que a sobrevivência humana resulta da condição (inalienável, *sine qua non*) de mutualidade ou interdependência entre os indivíduos. A vida em sociedade perpetua-se com qualidade quando seu sistema produtivo possibilita que a riqueza seja comum a todos. O saber que cria e constrói meios de produção é decorrente de processo social cumulativo, perpetrado por gerações e gerações de trabalhadores. Marx consegue perceber o caráter revolucionário da máquina, ao mesmo tempo em que denuncia a alienação e a expropriação dos trabalhadores no processo de constituição (manufaturas/divisão do trabalho/perda do saber) e consolidação (máquina a vapor/perda do controle sobre o tempo de produção) do capitalismo industrial. A divisão do trabalho no processo de produção da mercadoria tem, pois, significação contrária à divisão social do trabalho.

Pela primeira vez na história, a máquina, ao produzir mais em menos tempo e cuja transformação resulta, hoje, em processo de automação da produção, poderia resolver a questão primordial da necessidade material para sobrevivência humana, libertando o trabalhador do "*labor intensivo*" e possibilitando, ao mesmo, tempo livre para, aí sim, evoluir, progredir enquanto ser social, dedicando-se ao saber, ao lazer, às artes, à criatividade, à organização do processo produtivo e à formação política em sociedade. Isto, obviamente, mediante a socialização da riqueza gerada pelos meios de produção, em sofisticado processo de automação tecnológica.

No contexto das revoluções burguesa e industrial, os liberais afirmaram ser o trabalho a fonte de riqueza “da nação”, em substituição à lógica mercantilista de acumulação dos metais preciosos. Pela primeira vez na história, o trabalho é concebido como atividade positiva, de dignificação. O ato de não trabalhar passa a ser, ideologicamente, associado a valores pejorativos (vagabundagem, vadiagem) e não mais uma condição de “nobreza”. Entretanto, é justamente nesse mesmo momento que, também, pela primeira vez na história, o controle do processo de produção da mercadoria (saber, tempo e ferramentas) sofre uma “transferência de poder”: sai “das mãos” do trabalhador para ser apropriado/controlado pelos donos dos meios de produção. Assim, no século XVIII, a Economia Política Inglesa reconhece a força de trabalho como fonte propulsora de riqueza, porém, não questiona por que o trabalho socialmente necessário se transforma em mercadoria (barata e descartável) na lógica capitalista? Somente Karl Marx fará este questionamento na virada dos séculos XVIII - XIX.

Eis porque, segundo os pressupostos do materialismo histórico, a classe burguesa, constituindo-se ao longo dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII..., ocupou o lugar do poder porque cindiu o saber produtivo imediato do trabalhador, isto é, o saber que este detinha sobre as etapas do processo de produção da mercadoria e porque se apropriou do saber mediato ou ainda do saber cumulativo, historicamente determinado pela luta de classes. A tecnologia e a maquinaria, tal como é utilizada na lógica da classe dominante, representa um paradigma para a própria lógica do sistema, por dois motivos: primeiro porque desapropria o trabalhador do saber produtivo, ao passo que necessita de um trabalhador qualificado para o exercício do trabalho tecnológico; segundo, porque ao criar trabalho excedente e expropriar o trabalhador da riqueza produzida pela extração de mais-valia, quebra a tríade produção-distribuição-consumo à medida que, promovendo o desemprego, trabalha-



dor desempregado e/ou mal remunerado, representa consumidor a menos: gerando crise de superprodução e engendrando as condições de sua própria destruição.

Se o “*loco*” privilegiado da dominação é o lugar separado, entre Estado/sociedade, sujeito/objeto, texto/contexto, teoria/prática, conceito/ação, tempo/poder, saber/fazer, ensino/pesquisa, concebendo a história como processo temporal linear e positivista para a não extensão pública da riqueza socialmente produzida; isto não significa que devemos pensar o Estado enquanto lugar de poder que encerra o exercício exclusivo da dominação. Os lugares do poder, contextualmente múltiplo e processualmente dialético, não podem prescindir da possibilidade de através dos mesmos lugares (ocultos - que não de ser evidenciados pela análise crítica dos documentos), dos não ditos locados nas tentativas políticas de dominação/cisão, vislumbrar a possibilidade do talvez que nos conduza à transformação da lógica imposta pela dominação de classe em sociedade, restaurando, assim, a história como movimento e não como sucessão de fatos; ou ainda, ampliando as estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora, na construção dos conceitos, lugares e ações de poder, diferentes do poder de Estado (mas não fora dele); reconhecendo, portanto, que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro é problemático e não inexorável.

Dessa forma, ao pensar numa outra lógica para a tríade produção-distribuição-consumo, faz-se necessária a construção e a organização dos espaços e saberes produtivos de maneira que a memória e as experiências de classe (ou da luta de classes) sejam legadas enquanto memória histórica. A possibilidade de almejar um novo sentido para a oposição paradigmática entre crescimento tecnológico e qualidade das relações humanas, encontra-se na construção de conceitos e ações que promovam a compreensão de ser a vida humana possível somente em sociedade, analisando as relações sociais em seus respecti-

vos tempos históricos e as consciências políticas circunscritas às mesmas, atentando para o problema da cisão entre saber-produção-lugar ou ainda, da concepção de educação como processo cíclico de formação (gradual e qualitativo) para extensão dos lugares de poder-saber-fazer, e o da separação do produto daquele que o produz, isto é, da tríade produção-distribuição-consumo.

Portanto, analisamos a conjuntura política mundial, propondo reflexão crítica dos fundamentos conceituais da Economia Política Liberal burguesa, bem como efetuamos análise histórica dos movimentos de resistência da classe trabalhadora, cujo processo de luta apresenta equívocos e conquistas na construção da sociedade socialista. Metodologicamente, efetuamos “olhar dialético” do presente para o passado, focado no legado documental da luta de classes, para evidenciar o contraditório na história e associar conceitos (tempo-poder, saber-fazer, texto-contexto, teoria-prática, conceito-ação, conteúdo-realidade, ensino-pesquisa...), cuja síntese se propõe à extensão da consciência de classe e, assim, ao fortalecimento das práticas de resistência. Simultaneamente, efetuamos “olhar multifocal” para análise da diversidade na história, compreendendo as multifacetadas ações, linguagens, identidades, etnias, credos, gêneros e culturas como oriundas de escolhas efetuadas pelos sujeitos sociais, mediante a formação política dos mesmos em realidades contextuais específicas.

Analisando o poder da economia política liberal burguesa no modo de produção capitalista e as práticas de resistência da classe trabalhadora nas tentativas de construção da sociedade socialista, entendemos que não há democracia sem distribuição de riqueza, assim como não há socialismo sem liberdade de criação. Autonomia política e consciência de classe, em projeção universal, são fundamentos conceituais para evidenciar o trabalhador como sujeito da história e para a construção da qualidade de vida humana em sociedade, mediante a distribui-

ção da riqueza gerada pelos meios de produção, em acelerado processo de automação. Tendo como referência o materialismo histórico dialético e considerando a diversidade temporal - em processo e no contexto - para construção conceitual e material do socialismo, interpretamos e apresentamos a relevância do trabalho de Karl Marx (mesmo considerando os limites circunscritos ao contexto de sua elaboração) para compreensão da maneira pela qual se efetiva a alienação e a desigualdade de classe no modo de produção capitalista. Segundo Hobsbawm: “Marx não regressará como inspiração política para a esquerda até que se compreenda que seus escritos não devem ser tratados como programas políticos, mas sim como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista”(Carta Maior, “A crise do capitalismo e a importância atual de Marx”, entrevista em 29/09/2008).

Assim, os limites estão colocados pela economia capitalista monopolista e pela farsa política liberal burguesa: expropriação e alienação de classe para incompreensão do processo histórico – de suas memórias, correlações de forças, modos de produção, saberes acumulados, manifestações culturais, expressões e comunicações sociais – o qual forjou a presente realidade em que vivemos. É no percurso dos acontecimentos que se apresentam as questões para construção de relações humanas sem violência, miséria, ignorância e racismo; ou de forma positiva, com distribuição de riqueza, liberdade no acesso, na criação e na manifestação de ideias/saberes, e no reconhecimento das diferenças de gênero, etnia, credo, geração e identidade para a efetivação dos Direitos Fundamentais na realidade contemporânea: Democracia Plena e Justiça Social! Enfim, para o processo em construção da sociedade socialista.



## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALVIM PINTO, Alexandra de. Uma Escola Pública em Particular: de Nossa Casinha - UNU à ESEBA- UFU. 1998. 113 f. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 1998.
- BETTO, Frei. Batismo de Sangue. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- \_\_\_\_\_. (org). Fome Zero: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 154 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. *In*: LE GOFF, J. & NORA P. (orgs.) História: novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.17-48.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. *In*: BRANDÃO, Carlos. (org.) O Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. A História se faz com as massas organizadas. Será? Seminário: Sociedade, Cultura e Sindicato. UFMG, 1994.
- DE DECCA, Edgar. O Silêncio dos Vencidos. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 9. ed. Petrópolis: Editora

- Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções 1789-1848. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. A Era do Capital 1848-1875. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. A Era dos Impérios 1875-1914. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. A Era dos Extremos 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LENIN, V. I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. *In: Obras Escolhidas. Vol.1.* São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o Procedimento Histórico. *In: SILVA, M. A. da (org.) Repensando a História.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1984.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro 1. Trad. Bras. Reginaldo Santana. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 4. ed. Paz e terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. Contribuição à Crítica da Economia Política. Trad. Bras. Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. *In: Os Pensadores.* 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEC. Proposta de Autonomia Universitária do MEC. Alteração do Artigo 207 da Constituição Federal, 1996.

- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. São Paulo: Editora Record, 2001.
- THE CORPORATION. Vídeo documentário. Direção: Mark Achbar; Roteiro: Joel Bakan. 145 min, 2003.
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Bras. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VESENTINI, C.A. & DE DECCA, E. A revolução do Vencedor. *In: Ciência e Cultura*, 29 (1): 25-32, 29 de janeiro de 1977.
- WAGNER, J. L. (org.). Versão Historiada do Regime Jurídico Único: Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (atualizada até 30/09/00). São Paulo: LTr, 2001.